

A distinção entre nomes próprios conotativos e não conotativos

John Stuart Mill¹

Trad. de Rodrigo Jungmann de Castro²

Passamos assim a considerar uma terceira distinção entre nomes, aquela entre nomes *conotativos* e *não conotativos*, sendo estes últimos por vezes, ainda que impropriamente, chamados de *absolutos*. Essa é uma das distinções mais importantes que teremos oportunidade de apontar, e uma daquelas que penetram mais fundo na natureza da linguagem.

Termo não conotativo é aquele que significa apenas um sujeito ou apenas um atributo; termo conotativo é aquele que denota um sujeito e implica um atributo. O que aqui queremos dizer por sujeito é qualquer coisa que possua atributos. Assim sendo, John, ou Londres, ou Inglaterra são nomes que significam apenas um sujeito; brancura, comprimento e virtude significam apenas um atributo. Nenhum desses nomes, por conseguinte, é conotativo, mas *branco*, *longo* e *virtuoso* são conotativos. A palavra branco denota todas as coisas brancas, tais como neve, papel, a espuma do mar, etc., e implica, ou, na linguagem dos escolásticos, *conota*, o atributo *brancura*. A palavra branco não é predicada do atributo, mas dos sujeitos, como neve, etc., mas quando a predicamos deles, o significado que transmitimos é o de que o atributo brancura pertence a eles. O mesmo pode ser dito dos outros nomes acima citados. Virtuoso, por exemplo, é o nome de uma classe, a qual inclui Sócrates, Howard, o Homem de Ross, e um número indefinível de outros indivíduos, passados, presentes e vindouros. É apenas desses

¹ MILL, John Stuart. **A system of logic**: ratiocinative and inductive. University Press of the Pacific: Honolulu, Havái, 2002, reimpressão do original de 1891, Livro I, Capítulo II, Seção 5, p. 19-25.

² Professor do Departamento de filosofia da UFPE. E-mail: rodrigo_jungmann@yahoo.com.br

indivíduos, considerados coletiva e separadamente, que se pode dizer com propriedade serem denotados pela palavra. É apenas deles que se pode dizer que a palavra em questão é um nome, mas é um nome aplicado a todos eles em razão de um atributo que se supõe possuírem em comum, o atributo que recebeu o nome de virtude e é aplicado a todos os seres que julgamos possuir este atributo e a nenhum que não julgemos possuí-lo.

Todos os nomes concretos genéricos são conotativos. A palavra *homem*, por exemplo, denota Peter, Jane, John e um número indefinido de outros indivíduos, para os quais, considerados como classe, a palavra serve como nome, mas é aplicada a eles porque possuem, e para significar que possuem, certos atributos. Esses parecem ser a natureza corpórea, a vida animal, a racionalidade e uma certa forma exterior a que chamamos de humana. Toda coisa existente que possuísse todos esses atributos seria chamada de homem; e qualquer coisa que deles não possuía nenhum, ou apenas um, ou dois, ou até mesmo três deles sem possuir o quarto não seria assim chamada. Por exemplo, se no interior da África viesse a ser descoberta uma raça de animais dotados de razão igual à humana, mas com a forma de um elefante, eles não seriam chamados homens. Os Houyhnhnms de Swift não seriam assim chamados, ou se esses seres recém-descobertos possuíssem a forma de homem sem qualquer vestígio de racionalidade, é provável que algum nome diverso de homem fosse encontrado para eles. A razão de parecer que a questão pode dar ensejo a qualquer dúvida será vista adiante. A palavra *homem*, portanto, significa todos esses atributos e todos os sujeitos que possuam esses atributos, mas só pode ser predicado dos sujeitos. O que chamamos de homens são os sujeitos, o indivíduo Stiles ou Nokes, não as qualidades pelas quais sua humanidade é constituída. Diz-se do nome, portanto, que ele significa os sujeitos *diretamente* e os atributos *indiretamente*; ele *denota* os sujeitos e implica, ou envolve, ou indica, ou, como doravante diremos, *conota* os atributos. Trata-se de um nome conotativo.

Por isso, nomes conotativos também foram chamados de *denominativos*, porque o sujeito que denotam é denominado por um nome,

ou recebe um nome do atributo que conotam. A neve e outros objetos recebem o nome branco porque possuem o atributo que é chamado de brancura; Peter, James e outros recebem o nome homem porque possuem os atributos que são considerados como constitutivos da humanidade. Podemos, portanto, dizer que o atributo, ou atributos denominam esses objetos ou ainda que lhes dão um nome comum.

Vimos que todos os nomes concretos genéricos são conotativos. Mesmo nomes abstratos, embora nomes apenas de atributos, podem, em alguns casos, ser com justeza considerados conotativos; afinal, aos próprios atributos podem ser atribuídos atributos, e uma palavra que denota atributos pode conotar um atributo de tais atributos. Cabe nessa descrição, por exemplo, uma palavra como *defeito*; equivale esta a uma *qualidade ruim* ou *nociva*. Essa palavra é um nome comum a muitos atributos, e conota nocividade, um atributo desses vários atributos. Quando, por exemplo, dizemos que a lentidão em um cavalo é um defeito, não queremos dizer que o movimento lento, a efetiva mudança de posição de um cavalo lento seja uma coisa ruim, mas que a propriedade ou peculiaridade do cavalo, do qual ele obtém o nome, a qualidade de ser um movente lento é uma peculiaridade indesejável.

Os nomes próprios não são conotativos, eles denotam os indivíduos que são chamados por eles, mas eles não indicam nem implicam quaisquer atributos pertencentes a esses indivíduos. Quando nomeamos uma criança com o nome Paul, ou um cão com o nome Cesar, tais nomes são simplesmente marcas usadas para fazer com que esses indivíduos possam ser sujeitos do discurso. Pode ser dito, é bem verdade, que devemos ter tido algum motivo para dar-lhes esses nomes em vez de quaisquer outros, mas o nome, uma vez que seja dado, fica independente do motivo. Um homem pode ter sido nomeado com John porque este era o nome de seu pai; uma cidade pode ter sido nomeada Dartmouth [Foz do Dart] porque está situada na foz do Dart, mas não faz parte da significação da palavra John o fato de que o pai da pessoa assim chamada usava o mesmo nome, e nem sequer da palavra Dartmouth o fato de a cidade ser situada na foz do Dart. Se a areia viesse a bloquear a foz do rio, ou um terremoto mudasse o seu curso e o re-

movesse para longe da cidade, o nome da cidade não necessariamente seria alterado. Tal fato, portanto, não pode fazer parte da significação da palavra, pois, caso contrário, quando o fato reconhecidamente deixasse de ser verdadeiro, ninguém nunca mais pensaria em empregar o nome. Os nomes próprios são afixados aos próprios objetos, e não são dependentes da permanência de qualquer atributo do objeto.

Mas há um outro tipo de nomes, que, embora sejam nomes individuais, ou seja, predicáveis de apenas um objeto, são realmente conotativos. Afinal, embora possamos dar a um indivíduo um nome inteiramente sem significação, o qual chamamos de nome próprio - uma palavra que atende ao propósito de mostrar de que coisa estamos falando, mas sem dizer nada a seu respeito - ainda assim, um nome peculiar a um indivíduo não necessariamente se enquadra nessa descrição. Pode significar um atributo, ou alguma união de atributos, que não sendo possuídos por qualquer objeto exceto um único, fixa o nome exclusivamente para tal indivíduo. “O sol” é um nome que cabe nessa descrição; “Deus”, quando empregado por um monoteísta, é outro. Esses, contudo, mal contam como exemplos daquilo que estamos tentando ilustrar, sendo, quando tratados em linguagem rigorosa, nomes genéricos e não individuais, porque, conquanto possam ser de fato predicáveis de um único objeto, nada há no significado das próprias palavras que implique isso, e, como decorrência, quando imaginamos em vez de afirmarmos, podemos falar de muitos sóis, e a maior parte da humanidade acreditou e ainda acredita que haja muitos deuses. Mas é fácil produzir palavras que representam exemplos reais de nomes conotativos individuais. Pode ser parte do significado do próprio nome conotativo que só possa existir um indivíduo possuidor do atributo que o nome conota como, por exemplo, “o único filho de John Stiles; “o primeiro imperador de Roma”. Ou o atributo conotado pode ser uma conexão com um evento determinado, e a conexão pode ser de uma tal natureza que um único indivíduo poderia tê-la, ou pode ser ao menos tal que um único indivíduo de fato a teve, e isto pode ser implicado na forma da expressão. “O pai de Sócrates” exemplifica o primeiro tipo (visto que Sócrates não poderia ter tido dois pais); “o autor da *Ilíada*”, “o assassino de Henri

Quatre” exemplificam o segundo. Afinal, embora seja concebível que mais de uma pessoa tenha tomado parte na autoria da *Iliada*, ou no assassinato de Henri Quatre, o emprego do artigo *o* implica que de fato isso não se deu. O que aqui é feito pela palavra *o* é feito em outros casos pelo contexto: assim, “exército de César” é um nome individual se transparecer do contexto que o exército que se tem em mente é aquele que foi comandado por César em alguma batalha em particular. As expressões ainda mais genéricas “o exército romano” ou “o exército cristão” podem ser individualizadas de maneira semelhante. Um outro caso de ocorrência frequente já foi notado, trata-se do seguinte: o nome, embora contenha muitas palavras, pode consistir, em primeira instância, de um nome *genérico*, suscetível em si mesmo, portanto, de ser aplicado a mais de uma coisa, mas que, em segunda instância, é de tal forma limitado por outras palavras a ele ligadas, que a expressão completa só pode ser predicada de um único objeto, de forma consistente com o significado do termo genérico. Isso é exemplificado num caso como o seguinte: “o atual Primeiro Ministro da Inglaterra”. Primeiro Ministro da Inglaterra é um nome genérico, pois os atributos que conota podem ser possuídos por um número indefinido de pessoas, mas em sucessão e não simultaneamente, visto que o significado do próprio nome revela (dentre outras coisas) que pode haver apenas uma pessoa tal qual esta a qualquer momento. Sendo assim, e com a aplicação da palavra sendo subsequentemente limitada pelo artigo e pela palavra *atual*, a indivíduos que possuam os atributos em um instante temporal indivisível, ela resulta aplicável a apenas um indivíduo. E, visto que isso se revela pelo significado do nome, sem qualquer prova extrínseca, o nome é estritamente individual.

Das observações precedentes depreender-se-á facilmente que sempre que os nomes dados a objetos transmitam qualquer informação, ou seja, sempre que propriamente tenham significado, o significado reside não no que eles *denotam*, mas no que *conotam*. Os únicos nomes de objetos que nada conotam são nomes *próprios*, e estes, falando em sentido estrito, carecem de qualquer significação.

Se, à semelhança do ladrão das Mil e Uma Noites, fizermos sobre uma casa uma marca com giz para que possamos reconhecê-la novamente, a marca tem um propósito, mas não propriamente qualquer significado. O giz não declara coisa alguma sobre a casa; não significa “Esta é a casa de tal pessoa”, ou “Esta é a casa que contém o butim”. O propósito da marca é meramente o de distinguir. Digo a mim mesmo: “Todas essas casas são tão semelhantes que, se eu as perder de vista, não serei capaz de distinguir novamente aquela para a qual estou olhando agora de qualquer uma das outras”; devo, portanto, dar um jeito de fazer com que a aparência dessa casa em particular seja distinta da aparência de qualquer uma das outras, para que doravante eu saiba ao ver a marca – em verdade nenhum dos atributos da casa – mas simplesmente que é a mesma casa para a qual agora estou olhando. Morgiana marcou com giz todas as outras casas de maneira semelhante, e frustrou o ardil, como? Simplesmente obliterando a diferença de aparência que havia entre aquela casa e as outras. O giz ainda estava lá, mas não mais serviu ao propósito de uma marca distintiva.

Quando colocamos um nome próprio, realizamos uma operação em algum grau análoga àquela que o ladrão pretendeu ao marcar a casa com giz. Pomos uma marca, que não é na verdade sobre o objeto em si, mas, por assim dizer, sobre a ideia do objeto. Um nome próprio nada mais é que uma marca sem significado que associamos em nossas mentes com a ideia do objeto, de tal forma que, sempre que a marca apareça aos nossos olhos ou ocorra em nossos pensamentos, possamos pensar naquele objeto individual. Não sendo associado à coisa em si mesma, o nome, assim como o giz, não nos torna capazes de distinguir o objeto quando o vemos, mas nos torna capazes de distingui-lo quando dele se fala, seja nos registros de nossa própria experiência, seja no discurso dos outros; torna-nos capazes de saber que aquilo que encontramos asseverado em qualquer proposição da qual é o sujeito é asseverado daquela coisa em particular, com a qual nos havíamos familiarizado previamente.

Quando predicamos de qualquer coisa seu nome próprio, quando dizemos, apontando para um homem, que este é Brown ou

Smith, ou apontando para uma cidade, que essa é York, o mero fato de fazê-lo não nos leva a transmitir ao leitor qualquer informação sobre eles, a não ser que aqueles são os seus nomes. Ao torná-lo capaz de identificar os objetos individuados, podemos associá-los, informação previamente possuída pelo destinatário. Ao dizer: “Esta é York”, podemos dizer-lhe que ela contém o Minster, mas isto se dá em virtude do que foi previamente ouvido a respeito de York, não por qualquer coisa implicada pelo nome. Caso diverso se dá quando falamos dos objetos por meio de nomes conotativos. Quando dizemos: “A cidade foi erguida com mármore”, damos ao ouvinte o que pode ser informação inteiramente nova, e o fazemos com a mera significação do nome conotativo composto “erguida com mármore”. Tais nomes não são meramente signos de objetos, inventados porque se dá o ensejo de que pensemos ou falemos dos objetos individualmente, são, isto sim, signos que acompanham um atributo. São um tipo de uniforme com o qual o atributo veste todos os objetos que reconhecidamente o possuam. Não são meras marcas, mas, a bem dizer, marcas mais significativas, e a conotação é o que constitui sua significação.

Assim como se diz de um nome próprio que ele é o nome da coisa individual da qual é predicado, da mesma forma (bem como pela importância de mantermos a analogia e pelas outras razões anteriormente fornecidas) um nome conotativo deve ser considerado nome de todas as várias coisas individuais das quais é predicável, ou, por outras palavras, que *denota*, e não do que conota. Mas ao aprendermos de que coisas é o nome não aprendemos o significado do nome. Com efeito, à mesma coisa podemos aplicar, com igual propriedade, muitos nomes que não são equivalentes em significado. Destarte, chamo um certo homem pelo nome de Sofronisco, e chamo-o por outro nome, “O pai de Sócrates”. São ambos nomes do mesmo indivíduo, mas seu significado é inteiramente diverso, pois são aplicados àquele indivíduo com dois propósitos diferentes. O primeiro é tão somente para distingui-lo de outras pessoas de que falamos; o outro para indicar um fato relacionado a ele, o fato de que Sócrates foi seu filho. Além disso, aplico a ele expressões outras, tais como: homem, grego, ateniense, escultor, homem

idoso, homem honesto, homem bravo. Todos esses termos são, ou podem ser, nomes de Sofronisco, e, na verdade, não apenas dele, mas dele e de cada um de um número indefinido de outros seres humanos. Cada um desses nomes é aplicado a Sofronisco por um motivo diferente, e por cada um deles quem quer que compreenda seu significado é inteirado de um fato distinto ou de uma gama de fatos distintos a seu respeito; mas aqueles que nada soubessem a respeito dos nomes a não ser que eram aplicáveis a Sofronisco, mostrar-se-iam completamente desconhecedores de seus significados. É até mesmo possível que eu conhecesse todo e qualquer indivíduo do qual um certo nome pudesse ser verazmente afirmado, e ainda assim não se pudesse dizer de mim que conheço o significado do nome. Uma criança conhece seus irmãos e irmãs muito antes de ter qualquer concepção definida da natureza dos fatos que estão relacionados com a significação de tais palavras.

Em alguns casos, não é fácil determinar precisamente o quanto uma palavra em particular conota ou não conota; vale dizer, não sabemos exatamente (porque a questão não foi levantada) que grau de diferença no objeto produziria uma diferença no nome. Assim, é claro que a palavra homem, além de vida animal e racionalidade, também conota uma certa forma exterior, mas seria impossível dizer precisamente qual forma, vale dizer, determinar quão grande seria o desvio da forma comumente encontrada nos seres a que estamos acostumados a chamar de homens tal que bastasse para que nos recusássemos a chamar de homens uma raça recém-descoberta. O mesmo ocorre também com a racionalidade, por ser uma qualidade que admite gradações, e por jamais ter sido estabelecido qual o mais baixo grau dessa qualidade, ainda daria a qualquer criatura a prerrogativa de ser considerada humana. Em todos esses casos, o significado do nome genérico é, em tão elevado grau indeterminado e vago, que a humanidade jamais chegou a um acordo explícito sobre a questão. Quando chegarmos ao tratamento da Classificação, teremos a oportunidade de mostrar em que condições esta vagueza pode existir sem inconvenientes práticos, e surgirão casos em que os propósitos da linguagem serão mais bem promovidos por ela do que por uma completa precisão, de tal sorte que, na história natural, por

exemplo, animais individuais ou espécies de características pouco pronunciadas podem ser elencadas ao lado daqueles animais individuais ou espécies com características mais fortemente marcadas, com os quais, consideradas todas as suas propriedades em conjunto, eles guardam a semelhança mais próxima.

Mas essa incerteza parcial na conotação de nomes só pode ficar livre de danos quando cercada de estritas precauções. Com efeito, uma das fontes principais de hábitos imprecisos de pensamento reside no costume de empregar termos conotativos sem uma conotação distintivamente estabelecida e sem nenhuma noção mais precisa de seus significados do que a que pode ser depreendida vagamente de observar que objetos os nomes são usados para denotar. É dessa maneira, e ademais inevitavelmente, que todos nós adquirimos nossos primeiros conhecimentos de nossa língua vernácula. Uma criança aprende os significados das palavras *branco* e *homem* ao ouvi-las aplicadas a uma variedade de objetos individuais, e descobrindo, por um processo de generalização e análise que ela mesma não saberia descrever, o que esses objetos variados têm em comum. No caso dessas duas palavras, o processo é tão fácil que não requer qualquer auxílio da cultura; os objetos chamados seres humanos e os objetos chamados brancos distinguem-se de todos os demais por qualidades de uma natureza peculiarmente definida e óbvia. Mas, em muitos outros casos, objetos guardam uma semelhança genérica uns com outros, o que gera o hábito familiar de classificá-los sob um nome comum, dando-se o caso, todavia, devido à ausência de hábitos mais analíticos que a maior parte da humanidade não possui, de que não seja de imediato visível quais são os atributos particulares de cuja posse conjunta por todos os objetos em questão depende sua semelhança genérica. Quando isso ocorre, as pessoas usam o nome sem qualquer conotação reconhecida, vale dizer, sem qualquer significado preciso; falam, e conseqüentemente, pensam, de maneira vaga, e se satisfazem em incorporar às suas palavras apenas aquele grau de significação que uma criança de três anos de idade incorpora às palavras irmão e irmã. A criança, ao menos, raramente fica perplexa com o aparecimento de novos indivíduos a respeito dos quais

não sabe se deve ou não conferir a designação, visto que, em geral, haverá uma figura de autoridade prontamente disponível para dirimir todas as dúvidas. Mas um recurso semelhante não existe na maior parte dos casos; e novos objetos apresentam-se continuamente a homens, mulheres e crianças, e deles se requer classificá-los *proprio motu*. E, previsivelmente, fazem-no sem base em qualquer princípio que não aquele que nota uma similaridade superficial, dando a cada novo objeto o nome do objeto familiar cuja evocação aflora à mente mais prontamente, ou daquele que, após uma investigação descuidada, mais lhes parece assemelhar-se. Uma substância desconhecida encontrada no solo será chamada, em conformidade com sua textura, de terra, areia ou pedra. Destarte, nomes vão se espalhando sorrateiramente de sujeito a sujeito, até que, por vezes, desapareçam todos os traços de um significado em comum, e a palavra vem a denotar uma gama de coisas não apenas independentemente de qualquer atributo em comum, mas que de fato não possuem qualquer atributo em comum, ou nenhum, à exceção daquilo que é partilhado por outras coisas para as quais o emprego do nome é caprichosamente negado. Mesmo escritores que se elencam entre os homens de ciência contribuíram para essa prática que perverte o propósito da linguagem geral, às vezes, porque, à semelhança do vulgo, não poderiam fazer melhor, e às vezes por deferência àquela repulsa à criação de novas palavras, repulsa esta que induz a humanidade, em todos os assuntos que não sejam considerados técnicos, a tentar fazer o estoque original de nomes servir, com poucos acréscimos, para expressar um número sempre crescente de objetos e distinções, e, como consequência, expressá-los de uma maneira cada vez mais imperfeita.

Em que grau essa maneira vaga de classificar e de denominar objetos deixou o vocabulário da filosofia mental e da filosofia moral inadequado para os propósitos do pensamento preciso, é conhecido melhor por quem quer que tenha meditado mais detidamente sobre a condição atual desses ramos do saber. Contudo, uma vez que a adoção de uma nova linguagem técnica como veículo para a especulação acerca de assuntos pertencentes ao discurso do dia a dia é de realização extremamente difícil e não estaria livre de inconvenientes, mesmo se

ocorresse o problema diante do filósofo, um dos mais difíceis que ele tem a resolver é como, em se mantendo a fraseologia existente, atenuar ao máximo as suas imperfeições. Isso só pode ser conseguido dando-se a todo nome genérico concreto que sirva frequentemente como predicado uma conotação definida e fixa, para que se possa saber que atributos, quando chamamos um dado objeto com o nome em questão, realmente tencionamos predicar do objeto. E a questão mais delicada é como dar essa conotação fixa a um nome com a menor alteração possível nos objetos que habitualmente se usa o nome para denotar; com o menor desarranjo possível, seja por adição ou subtração, no grupo de objetos que, ainda que de maneira muito imperfeita, o nome serve para circunscrever e reunir, e com a mínima violação da verdade de quaisquer proposições comumente tidas como verdadeiras.

Esse propósito desejável, de dar uma conotação fixa onde ela está em falta, é o fim almejado sempre que alguém tenta dar uma definição de um termo genérico já no uso corrente, pois toda definição de um nome conotativo é uma tentativa ou de meramente declarar, ou de declarar e analisar, a conotação do nome. E o fato de nenhuma das questões surgidas nas ciências morais ter sido tema de controvérsia mais aguda do que a questão das definições de quase todas as expressões cruciais serve como prova do grande alcance do mal a que aludimos.

Nomes com conotações indeterminadas não devem ser confundidos com nomes que têm mais de uma conotação, vale dizer, com palavras ambíguas. Uma palavra pode ter vários significados, sendo, porém, todos eles fixados e reconhecidos. É o caso da palavra *post* [posto], por exemplo, ou da palavra *box* [caixa], os vários sentidos das quais requereriam uma enumeração infundável. E a escassez de nomes existentes, comparada com a demanda por eles, pode amiúde tornar recomendável e até mesmo necessário preservar um nome com essa multiplicidade de acepções, distinguindo-se estas com a clareza devida para impedir que sejam confundidas umas com as outras. Uma tal palavra pode ser considerada como dois ou mais nomes, acidentalmente escritos e proferidos da mesma forma.